

AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES ESCRAVIZADOS NO PARANÁ DE 1853 A 1855

Neide dos Santos Rodrigues

Resumo: A maioria dos escritos sobre o sistema escravista procurou negar a violência do escravismo e a capacidade dos escravizados de resistir e lutar. Porém, diante da violência dos escravizadores, os negros resistiram das mais variadas formas. Muitas vezes a resistência foi um processo contínuo, permanente, aberto ou dissimulado, e teve um caráter tanto racial, como social. Esse trabalho não destaca apenas as ações explícitas e direta dos cativos, mas, leva em conta as atitudes e estratégias sutis de confrontação implícitas em documentação oficial: correspondências disponibilizadas pelo Arquivo Público do Estado do Paraná, no Catálogo Seletivo de Documentos Referentes a Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravizados.

Palavras chave: escravizadores, escravizados, resistência.

Abstract: Most of text about the slavery system refused the violence of the escravism and the capacity of the slaveried to resist and to fight. But, up against of the violence of the owners of slavers, the negros resisted in different forms. Many times the resistance was a permanent process, opened, or pretended, it had charater, as much racial as social. This assignment don't point only the clears and direct actions of the captives, but, it considers attitudes and subtles strategies of confrontation assumed in official documents: correspondences avaiables in the Public Archives Parana State, in the Catalogue Seletivo that refers to the free, and slaveried Africans and afrodescendentes.

Keywords: owners of slavers, slaveried, resistance.

A maior parte dos escritos sobre o sistema escravista procurou negar a violência do escravismo e a capacidade dos escravizados de resistir e lutar.

No entanto, diante da violência dos escravizadores, os negros resistiram das mais variadas formas. Trabalho e luta marcou o dia a dia do trabalhador escravizado. Da resistência individual às insurreições urbanas, até o quilombismo tudo foi tentado. Muitas vezes a resistência foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, e teve um caráter tanto racial como social. A fuga e a formação de quilombos começaram em 1559 e prolongaram até a abolição.

Os periódicos paranaenses, tal como nos de outras províncias onde os escravizados eram mais numerosos, apresentavam muitos avisos de fuga de escravizados, o que prova que mesmo no final do século XIX, quando se intensificava a propaganda abolicionista e eram tomadas medidas de emancipação para muitos escravizados, a fuga ainda continuava a representar a desejada liberdade. Só ou em grupo, o escravizado fugia sempre.

No Paraná, embora fugindo às singularidades que caracterizaram o sistema nas regiões de grande lavoura constatou-se que as relações entre os senhores e seus escravizados não foram pacíficas, apesar de alguns escravizados geralmente domésticos, terem preferido entregar-se a passividade, a acomodação. A reação contra a forma de vida cativa expressada de várias maneiras, e a repressão provocada, fez-se uma constante durante todo o período em que perdurou o sistema escravista, marcado pela violência, pelo medo e pelo rancor, tanto por parte dos escravizados como dos seus senhores. Se muitos escravos sujeitavam-se à autoridade e à força é porque não tinham alternativas, mas sua resistência fosse ela, contínua ou esporádica, aberta ou dissimulada, esteve sempre presente e representou motivo de preocupação para os proprietários.

Ao contrário dos negros coisificados, infantilizados e bestializados pela fala das autoridades públicas, dos jornais, dos romances, das peças de teatro, dos ensaios de juristas e de emancipacionistas e até mesmo pela pena de pesquisadores mais recentes, desvelaremos gestos e atitudes de astúcia de escravizados inseridos num jogo intenso de pequenos conflitos diários com seus proprietários ao se defenderem como podiam de suas armações ou armando eles mesmos situações em que pudessem melhorar sua condição de vida. (Spiller, 1999:135).

O que percebemos sobre o estudo de diversos autores referente à escravização é o da caracterização do escravizado como um ser anônimo e despersonalizado moldado segundo os desígnios do senhor. Isso se explica, pela ênfase dada na análise dos mecanismos e do contexto de dominação e controle social dos escravizados, não levando em conta as suas manifestações claras de rebeldia, a qual fazia parte do sistema de dominação.

Esse aspecto que privilegia a dominação enfatiza as imagens elaboradas pelos senhores em relação a seus escravizados, às vezes, passivos e submissos, meros **semoventes**, outras vezes rebeldes e criminosos a serem controlados e corrigidos. Isso deixou uma lacuna histórica, pois não foi evidenciado um espaço adequado no próprio contexto das lutas sociais presentes na escravização, destacando apenas as ações explícitas e diretas dos cativos, sem levar em conta as atitudes e estratégias sutis de confrontação, implícitas e diluídas em documentação oficial.

Spiller nos mostra que o escravizado exercia seu poder de manipulação, ao constatar que numa transação de compra e venda anunciada em um jornal, fica claro o seguinte: para ocorrer a troca entre dois escravizados, havia a necessidade de que ambos concordassem com a mesma, pois nesse anúncio, o senhor reconhecia claramente que a capacidade de ação e

interferência do cativo facilitaria ou apressaria o próprio ato de sua comercialização. Uma evidência clara de que trocas com a “mercadoria escrava” estavam longe de serem totalmente pacíficas ou serem aceitas de forma aquiescente e passiva pelos envolvidos. (1999:122).

Sabemos que, em Curitiba, era proibido aos escravizados se reunirem para a realização de batuques ou jogos em estabelecimentos comerciais, porque eram tidos como: bebedores, arruaceiros e perturbadores da ordem social, por isso, estavam sujeitos a sofrerem sanções, tanto eles, quanto os comerciantes que permitissem tal ato.

No entanto, os donos de armazéns não concordavam com essa proibição e se tornavam solidários com os escravizados oferecendo-lhes pinga no balcão ou permitindo-lhes o jogo e a diversão. Muitas vezes, o ajuntamento de negros escravizados e libertos em congadas, batuques e fandangos, tinha o consentimento dos proprietários, sob circunstâncias específicas, ou seja, compensar um dia árduo de trabalho e até mesmo proporcionar uma atividade para ocupar os escravizados em período de grande inatividade, evitando assim os conflitos.

A citada legislação escravista só era posta em prática de acordo com o arbítrio dos interesses senhoriais. Havia a conivência de homens livres com os cativos, permitindo que esses freqüentassem os estabelecimentos comerciais proibidos por lei.

Segundo Spiller, a coação das “posturas” não fez com que os escravizados se tornassem mais passivos de imediato. Essas proibições estabelecidas, só seriam eficientes se a população local estivesse de acordo e participasse no controle da movimentação social livre dos cativos, visto que, não havia esquema policial suficiente, para fazer cumprir a lei. (1999: 136).

Diante disso, percebemos então, que a legislação muitas vezes não era cumprida pelos escravizados, pelos senhores, pelos comerciantes e nem pelos policiais. Quando era conveniente para alguém faziam “vistas grossas” para burlar as restrições legais propostas pelas “posturas” (legislação que disciplinava o comportamento social da época). Isso acontecia porque parte da população livre local permitia, reconhecendo o direito dos escravizados freqüentarem, determinados estabelecimentos comerciais particulares.

Se pela ótica dos senhores a aplicação ora era desprezada, ora era respeitada com rigor para salvaguardar a continuidade da própria instituição escravista, do lado dos escravizados, tinha o objetivo de aos poucos, impor sua presença, sua cultura, através da diversão e do entretenimento em espaços públicos que lhes eram proibidos.

Spiller nos relata que o uso natural de armas pelos cativos, era justificado por tarefas de seu ofício, ou seja, no caso de terem que afugentar os animais que podiam destruir suas pequenas plantações, como também, os que tinham o ofício de tropeiro e que os escravizados

sabiam como se defender quando acusados de crimes, já que era natural possuírem armas. Seus depoimentos revelavam as contradições de suas vidas, que apesar de terem relativa mobilidade e liberdade, representadas, por exemplo, pela posse de uma roça, bem como o tempo de cultivá-la, incluíam também, a incessante ameaça de punição ou castigo, promovido pelo senhor. Em muitas ocasiões o escravizado deixava um recado claro para as autoridades judiciais nos argumentos de sua defesa: o proprietário defendia-se das possíveis conseqüências de um processo na justiça, ofertando o escravizado, mesmo sendo alugado, como anteparo às suas ações criminosas.

Quando isso acontecia, o cativo colocava à tona, em plena audiência do juízo municipal, o poder de intervenção de um proprietário de terras particular, à área pública específica da autoridade policial. Com isso, rompia a exigência principal dos senhores numa relação escravocrata: a total obediência e sujeição do cativo, não importando se ele está dizendo a verdade, ou não, o importante é seu gesto de indignação, rompendo a imagem comum de que um escravizado devia ser sempre fiel ao seu senhor.

Além disso, muitos escravizados tiveram a possibilidade de experimentar, por exemplo, o prazer de cultivar gêneros alimentícios, em sua própria roça, conquistada por embates em interesses diversos, dentro de um contexto de lutas e tensões, onde o cativo lutava por “lacunas” e espaços de liberdade, numa sociedade que o sufocava, na qual seus donos exigiam ou relaxavam com a finalidade de preservar a sujeição política e ideológica de seus subordinados. Essas roças não eram somente uma forma do senhorio se ver livre de fornecer os alimentos aos seus escravizados, mas evidenciavam a existência de plantação de gêneros de mercado independentemente de seus senhores, além de ter escravizados que se revoltavam e que reagiam com muito ímpeto, à interferência dos proprietários em seus “comércios”. (Spiller, 1999: 141-144).

Ainda sobre o código de “posturas” temos que acrescentar, ele também repercutiu o medo e a apreensão das autoridades curitibanas em relação a outro espaço de solidariedade entre escravizados e homens livres: o comércio clandestino de objetos furtados. Eram aplicadas multas para qualquer pessoa que comprasse objetos que fossem furtados, mesmo que por valor ínfimo ou porque entendesse que as pessoas que vendiam não podiam possuí-los. Por isso, não se poderia comprar coisa alguma dos escravizados, sem que os mesmos apresentassem autorização de seus proprietários, que dava permissão de venda aos objetos que se determinou.

Além disso, em Curitiba, estava presente também o uso de armas e os momentos de diversão acontecia, como também ocorria o roubo de objetos e sua comercialização efetivada

até certo ponto, naturalmente. Nela os cativos agiam com liberdade, mantendo relações mais íntimas entre si e com outras pessoas de diferentes classes sociais.

Isso nos mostra que os escravizados ao realizarem tais artimanhas, como os roubos, visavam apenas gratificação pela posse de um objeto que eles não podiam ter, ou a oportunidade de aumentar suas economias com o objetivo de conseguirem a alforria.

Temos a dizer que os furtos praticados pelos escravizados tinham um objetivo bem claro: melhorar as suas condições de vida. Seguindo essa lógica, o roubo não significava um simples delito para o cativo, mas o suprimento de suas necessidades e do direito que acreditava possuir, mostrando aí, sua resistência ao sistema.

Longe de serem passivos, diante dos desmandos de seus senhores, muitos escravizados, ocuparam espaços na esfera pública enfrentando e pondo na berlinda o domínio de seus proprietários, provocando “feridas difíceis de serem curadas” entre seus donos e o exercício das autoridades públicas. Mesmo diante do fracasso na tentativa de fugir dos castigos ou de mudar de dono, seus gestos de busca mostraram um potencial de confrontação e de não aceitação a certas regras impostas pelo escravismo. Apesar de saberem que os agentes policiais os atendiam não por concordarem com eles, mas porque na verdade queriam “gerir a própria desordem do que combatê-la”, forjavam astutamente em momentos de grande tensão no relacionamento com seus proprietários, ações ao seu favor.

Consultamos no Arquivo Público do Paraná o Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos, que faz referência aos documentos pertencentes à Coleção de Correspondências do Governo e selecionamos correspondências de 1853 a 1855 que fazem alguma referência a escravizados em Curitiba e adjacências e analisamos 15 documentos. Podemos dizer que este acervo guarda informações valiosas para a compreensão da história da escravização e do negro no Paraná e sua importância na formação da identidade paranaense.

A resistência dos escravizados, mesmo tendo sido analisados poucos documentos, fica explícita. Porém, devemos olhar atentamente a intenção dos atos. Só assim, pacientemente, mudaremos o pensamento internalizado, de que o negro escravizado era passivo.

A resistência negra e a participação do negro com sua cultura podem ser encontradas em vários espaços na legislação do Estado. São os clamores da escravização e das populações negras que a classe dominante registrou nos documentos oficiais.

É importante registrar que os escravizados diante da iminência do castigo, agiam da forma mais coerente e lógica possível de acordo com o que estava acontecendo, tendo como objetivo a resistência ao jugo do castigo. Portanto, burlavam algumas “posturas” ao portarem

armas e ao se divertirem em casas de jogo e em tavernas, arquitetando e organizando em conjunto pequenos furtos, exigindo critérios na aplicação dos castigos corporais, conseguindo manipular em alguns casos, com rara astúcia, o poder público. Nesse viés até interferindo no comércio de compra e venda de seus corpos. A experiência desses escravizados – ganhando ou perdendo suas contendas – basta para demonstrarmos que eles não deixaram de se movimentar, refletir, tramar, arquitetar, atuando na sua própria história, mostrando claramente o seu valor político de confrontação.

Referências bibliográficas

Arquivo Público do Paraná. Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos. Curitiba, 2005.

FERRARINI, S. A escravidão negra na província do Paraná. Curitiba: Lítero Técnica, 1971.

GRAF, M. E. C. População escrava do Paraná através das listas de Classificação para a emancipação – 1873/1886. Curitiba: UFPR, 1974.

GUTIERREZ, H. (org) O Protesto Escravo II, número especial da revista Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 18, 1988.

_____. Crioulos e africanos no Paraná. 1798-1830. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 16, p.161-1888, 1988.

_____. Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1989.

NEVES, M. F. R. Documentos sobre a Escravidão no Brasil, São Paulo: Contexto, 2002.

PENA, E. S. O Jogo da Face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.